

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. Luís Manuel de Assis Mota, C.C nº 04485778 6zz3 residente em Estrada Nac.1 nº36 3105 – 253 Meirinhas, e Lucinda da Conceição Manuel Mota Assis, NIF 102 376 590, residente na Estrada Nacional Nº.1, Nº. 36 – 3105 – 253 Meirinhas, na qualidade de representantes legais de Aruncauto – Automóveis SA com o nº de identificação fiscal 500 031 860 e sede em Flandes 3100 – 339 Pombal, adjudicatário(a) no procedimento de **“Aquisição de 3 viaturas novas ligeiras de passageiros - Processo nº071/AJD/SA/14”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):
 - a)* Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b)* Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
 - c)* Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei nº 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);
 - d)* Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
 - e)* Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
 - f)* Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *d*), *e*) e *f*) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 23 de Dezembro de 2014